



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**
FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS
CAMPUS SOBRAL

LUCAS BRITO DOS SANTOS DIAS

**UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O AUMENTO DA POBREZA DURANTE
A PANDEMIA DO COVID – 19 NO NORDESTE DO BRASIL**

SOBRAL – CE

2023

LUCAS BRITO DOS SANTOS DIAS

**UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O AUMENTO DA POBREZA DURANTE
A PANDEMIA DO COVID – 19 NO NORDESTE DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Ceará, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Bacharel
em Finanças.

Orientadora: Prof. Dra. Cleycianne de Souza
Almeida

SOBRAL - CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D532r dias, Lucas.

UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O AUMENTO DA POBREZA DURANTE A
PANDEMIA DO COVID – 19 NO NORDESTE DO BRASIL / Lucas dias. – 2023.
29 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus
de Sobral, Curso de Finanças, Sobral, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Cleycianne Almeida.

1. Biblioteca universitária. I. Título.

CDD 332

LUCAS BRITO DOS SANTOS DIAS

**UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O AUMENTO DA POBREZA DURANTE
A PANDEMIA DO COVID – 19 NO NORDESTE DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Ceará, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Bacharel
em Finanças.

Orientadora: Prof. Dra. Cleycianne de Souza
Almeida

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Prof. Dra. Cleycianne de Sousa Almeida - UFC
Orientadora

Prof. Dra. Guaracyane Lima Campêlo- UFC
Examinadora

Prof. Dr. Francisco Mário Viana Martins – UFC
Examinador

Dedico esta conquista aos meus pais, minhas irmãs, meus sobrinhos e a todos que estiveram ao meu lado durante esta caminhada. Todos vocês foram fundamentais e indispensáveis, Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus que me deu forças pra seguir em frente tantas vezes. Tornando o processo possível.

Aos meus familiares pelo apoio durante o curso e toda essa jornada.

Aos meus colegas que estiveram junto durante todo o meu percurso proporcionando momentos inesquecíveis.

E em especial às minhas amigas Fran e Raiane, por terem sido as pessoas mais próximas e que tiveram tanta paciência comigo durante esses 4 anos.

Agradeço a Professora Cleycianne que teve tanta compaixão pela minha caminhada e não desistiu de mim, principalmente durante a confecção desta monografia.

A Professora Zilânia Mariano, que em um momento crucial me estendeu a mão e contribuiu imensamente para que hoje eu pudesse concluir este curso.

Agradeço a todos que fizeram parte deste processo, seja aqueles que vieram no começo, seja aqueles que vieram no fim.

Agradeço a meu Namorado Nairton Marinho, por não me deixar desistir, mesmo quando tudo estava dando errado.

E por fim, agradeço a mim mesmo. Pois apesar de tudo eu consegui ter a perseverança de ser o primeiro da minha família a concluir uma faculdade.

RESUMO

Neste estudo de cunho descritivo e caráter exploratório bibliográfico, foi realizado uma análise bibliográfica para a construção de um referencial teórico a respeito do aumento da pobreza em situação pandêmica. Desse modo buscou – se de modo específico identificar se a pandemia de Covid – 19 teve impactos no aumento da pobreza nos Estados do Nordeste do Brasil. Os resultados obtidos com este estudo demonstraram que a situação da pobreza aumentou durante a pandemia de Covid – 19 em decorrência da parada das economias mundiais, assim como as medidas de enfrentamento da doença, que dificultaram o crescimento econômico e impactaram a renda da população em geral.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	10
2.1 A evolução do conceito de pobreza	10
2.2 A pobreza no Brasil	12
2.3 Políticas públicas de combate à pobreza	15
3 METODOLOGIA	18
3.1 Classificação da pesquisa	18
3.2 Coleta dos dados	18
4 OS IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A POBREZA NO NORDESTE BRASILEIRO	21
4.1 Dados gerais sobre a Covid e a pobreza no mundo e na América Latina	21
4.2 A Covid – 19 e a pobreza no Nordeste	22
5 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2020 até meados de 2023, o mundo tem vivenciado a Pandemia de Covid – 19, que colocou todas as nações em uma situação complexa e difícil. Tratou-se de uma crise sanitária de natureza grave, a qual trouxe como consequência o agravamento da pobreza, afetando milhões de pessoas no Brasil e em todo o mundo (FIO CRUZ, 2021).

No Brasil, assim como nos países menos desenvolvidos, a Pandemia provocou uma calamidade pública indo além do número de mortes, mas também expondo milhares de brasileiros aos riscos da pobreza e da fome (FGV SOCIAL, 2022).

No caso do Nordeste, especificamente, o contexto pandêmico afetou, sobretudo, a população mais pobre. A crise econômica, causada pela redução da atividade econômica, intensificou o aumento da pobreza em si, acentuando a problemática já vivenciada, historicamente, pelos estados menos favorecidos (SILVA, et al, 2020).

Assim, discutir e entender os impactos da Pandemia no Brasil e, em especial, nos Estados do Nordeste fazem-se necessários para indicar soluções, traduzidas em ações nas linhas gerais das políticas públicas de combate a pobreza.

Em outras palavras, esta discussão interessa não só aos formuladores de políticas públicas, mas também toda a sociedade para se ter o conhecimento da situação atual e para tomar as decisões necessárias para combater a pobreza.

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho foi realizar uma breve revisão de literatura sobre o impacto da Pandemia de Covid – 19 sobre o aumento da pobreza nos estados do Nordeste brasileiro. Em termos de objetivos específicos, têm-se: entender os conceitos de pobreza; abordar os impactos da pandemia de covid no mundo como um todo; e, por fim, tratar dos impactos da pandemia de Covid – 19 no aumento da pobreza no Brasil e nos Estados do Nordeste.

Em termos metodológicos, esta monografia se classificou como sendo bibliográfica, exploratória e descritiva. Assim, para atender aos objetivos delineados, analisaram-se relatórios de organizações internacionais, monografias, artigos e sites governamentais sobre o tema aqui abordado.

A importância desta pesquisa em termos gerais visa entender como a questão da pobreza pode ser afetada em decorrência de uma situação de crise global, no caso uma crise sanitária. Além disso, mostra que por consequência de acontecimentos de maior complexidade, como uma pandemia, acelera o processo de aumento da pobreza em todo o mundo, assim como no Brasil e nos Estados, fazendo essa realidade perdurar por ainda mais tempo nas sociedades.

Ademais, esta pesquisa pode contribuir para a literatura e atuar no combate à pobreza conduzindo novos estudos futuros que usem esta mesma visão e atuem na produção de novos conhecimentos a esse respeito.

Além da introdução, o trabalho está dividido em 4 partes, são elas: o Referencial Teórico, a Metodologia, os Resultados e por fim a conclusão.

Iniciando assim, após a introdução, com os conceitos de pobreza e a evolução ao longo dos anos. Depois discorre a respeito da pobreza no Brasil trazendo essa questão através dos anos e terminando na realidade Nordestina. Após isso, é exposto a respeito das políticas de combate a pobreza adotadas no Brasil e no Nordeste durante os anos.

Em sequência vêm os resultados da pesquisa, que demonstram o quadro de pobreza em que se encontra a população nordestina em especial desde o começo da pandemia. Concluindo, então, a respeito do aumento da pobreza no Nordeste Brasileiro, resumindo o que foi abordado no referencial teórico.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A evolução do conceito de pobreza

Ao longo do tempo, o conceito de pobreza não se manteve o mesmo, ocorrendo a necessidade de diversas alterações e adaptações em seu sentido, dada as exigências e as particularidades das sociedades onde estão inseridos diversos tipos de indivíduos. Houveram épocas em que o conceito de pobreza estava baseado na insuficiência de renda, dando ênfase apenas na subsistência (COSTA, A. B. 1984).

Por volta do início do século XX, na Inglaterra, essa concepção de pobreza, considerando a subsistência, foi introduzido nos estudos econômicos e sociais por Charles Booth e Seebohm Rowntree (1901). A contribuição destes autores para a construção do conceito de pobreza, então, ocorreu no sentido de considerar os rendimentos que confeririam as condições mínimas necessárias à sobrevivência como, por exemplo, alimentação, vestuário, locomoção etc. (ROWNTREE, B. S, 1901).

Já em meados da década de 1930, surgiram novos estudos, reformulando os conceitos e acrescentando novas necessidades à ideia de pobreza. Com isso, novas variáveis foram somadas e incorporadas ao conhecimento já existente. Antes, a pobreza era tratada com ênfase na subsistência e, depois, passou a ter características cada vez mais amplas (GEORGE, 1973).

Em um relatório de 1980 do Banco Mundial¹, além das variáveis como alimentação, vestuário etc., contemplaram-se aspectos cada vez mais completos no sentido de criação de uma definição mais apurada de pobreza, abrangendo elementos como saúde e educação (WORLD BANK, 1980).

Nesse sentido, vários estudiosos foram desenvolvendo as suas teorias e conceitos com base nos chamados modelos multidimensionais da pobreza.

Dentro dessa concepção, tem-se a perspectiva da pobreza como a privação de capacidades no que diz respeito à saúde, à educação, à reprodução, à cidadania, à vida social e política etc. Assim, introduziram-se novos aspectos ligados a fatores sociais e políticos e realinhando o conceito de pobreza (SEN, 1988).

Os conceitos de pobreza passam a ter cunho mais social, baseavam – se em questões de desigualdade social, com uma visão mais filosófica ao mesmo tempo que

¹ The World Development Report – É um relatório do Banco Mundial que aborda o desenvolvimento mundial em 1980, com foco maior em países em desenvolvimento. Discute também a respeito do comércio externo, fluxos de capitais e de forma interna como o papel do desenvolvimento de recursos humanos contribuem na eliminação da pobreza e na redistribuição de renda.

não deixava a questão econômica fora do conceito de pobreza. Como o tempo, os aspectos sociais ganharam mais ênfase mesmo que os econômicos, como a renda, fossem muito utilizados para definir a pobreza. Esse pensamento acabou se tornando cada vez mais incorporado e difundido nos estudos a respeito da pobreza (SEN, 1988).

Consonante a isso, outros estudiosos passaram a classificar uma pessoa como sendo pobre se, por suas circunstâncias sociais e políticas, o indivíduo tenha menores chances de viver na sociedade de forma plena. Em outras palavras, a pessoa é considerada pobre não somente pela falta de renda, mas também pela falta de recursos que garantem o exercício da cidadania social, sendo esses recursos os mesmos trazidos nos estudos de Sen e fortalecendo os novos aspectos no conceito da pobreza (SALLES, TURIÁN, 2002).

Nesse contexto, a concepção de pobreza passou a ser mais ampla. O conceito deixou de ter uma noção unidimensional, baseada exclusivamente na renda, e passou a ser visto como uma questão que envolvem várias dimensões. A partir dessa nova visão, obteve-se uma formulação do conhecimento sobre a pobreza, enfatizando a inter-relação entre tipos distintos de necessidades (ROCHA, 2003).

Em meados do século XXI, novos estudos passaram a indicar que a pobreza está ligada também a fatores que põem em risco o desenvolvimento humano, o que coloca tais indivíduos em condição de vulnerabilidade. Essa questão também produz reflexões sobre os possíveis prejuízos sobre a sociedade, pois acarreta danos como, por exemplo, a marginalização elevada, o escasso acesso a saúde, o analfabetismo etc. (Engel de Abreu et al., 2015; Richaud et al., 2013).

Ao incorporar a vulnerabilidade no conceito de pobreza, pode-se afirmar que essa nova dimensão torna o tema da pobreza um fenômeno ainda mais complexo de ser estudado. Isso se justifica pelo fato da pobreza, em si, trazer, além da ideia de dificuldade material, que corrobora com a questão da abordagem multidimensional da pobreza, engloba ainda outros atributos, tais como, bens de consumo, serviços não essenciais, alimentação e saúde (Dreyer et al., 2016).

Por fim, ao analisar como os estudos da pobreza evoluíram ao longo do tempo, percebe-se que o conceito de pobreza multidimensional encontrado na literatura e usado nos dias atuais engloba de forma mais apurada a realidade social dos mais pobres. Esta nova abordagem leva em consideração diversos fatores além

da renda como, por exemplo, privação das liberdades individuais e questões de cunho político, social, educacional, saúde, cidadania, vulnerabilidade etc.

2.2 A pobreza no Brasil

Como foi visto na sessão anterior, o conceito de pobreza evoluiu ao longo do tempo para melhor. Com o intuito de compreender com mais clareza o fenômeno e, assim, encontrar maneiras para combater seu avanço e suas consequências. Neste contexto, destaca-se o Brasil com as políticas públicas de combate à pobreza.

Por volta da década de 1980, havia aproximadamente 41,3 milhões de pessoas pobres no Brasil, posteriormente ocorreu um forte agravamento da pobreza no país decorrido da crise econômica que atingiu a América Latina e o Brasil na época² (ROCHA. 2004).

No Brasil, com a implementação do Plano Cruzado³, houve uma redução da pobreza como reflexo das medidas de contenção inflacionária, passando de 41% de pobres em 1980 para 23,7% em 1986. No entanto, apesar deste avanço, a situação volta a se agravar nos anos seguintes, encontrando uma estabilidade do número de pobres no país entre 30% no ano de 1989 e 30,5% durante a década de 1990. (ROCHA. 2004).

Durante a década de 1990 o número de pobres não sofreu grandes mudanças devido as medidas adotadas anteriormente ainda terem efeitos. Já no início dos anos 2000 o percentual de pobres no Brasil cai para menos de 30% mais uma vez. Após as políticas econômicas adotadas anteriormente terem sucesso, o percentual de pessoas em situação de pobreza no início dos anos 2000 caiu para 27,9%. Já em relação a extrema pobreza no mesmo ano, o país tinha aproximadamente 12,48% da população nessa situação (BRAMBILLA; CUNHA. 2021).

Deve-se ressaltar a mudança no consenso mundial quanto ao combate à pobreza. Isso foi amplamente defendido por entidades internacionais tais como o Banco Mundial e baseadas em estudos científicos. A pobreza, então, passou a ser

² A crise econômica de 1980 atingiu a América Latina assim como o Brasil e ficou conhecida como a década perdida. Marcada pela elevação da inflação, redução do PIB dos países, perda do poder de compra e alta do desemprego, a crise teve impacto direto no aumento da pobreza tanto na América Latina quanto no Brasil. No Brasil entre as causas podemos citar o endividamento externo que ocorreu durante a Ditadura Militar, os choques do petróleo e a alta dos juros internacionais que fez com que aumentasse a dívida externa do Brasil (IPEA, 2012).

³ O Plano Cruzado foi implementado pelo então presidente do país José Sarney (1985 – 1990). Tinha como objetivo estabilizar os altos índices inflacionários que atingia o Brasil a época através da substituição da moeda cruzeiro pelo cruzado (FGV, 2009).

sinônimo de barreira ao desenvolvimento econômico. Neste contexto, o Brasil passou, então, adotar medidas de combate à pobreza de maneira mais consistente, objetivando a melhoria dos índices de educação, nutricionais, saúde, moradia entre outros (AZEVEDO E BURLANDY 2010).

Como dito anteriormente, outros fatores, além da renda, passaram ser levados em consideração no combate à pobreza como, por exemplo, habitação, marginalização, violência e educação. Assim, estes outros aspectos começaram a ser discutidos e várias políticas públicas começaram a ser implementadas pelo Governo para promover desenvolvimento econômico, melhoria de vida, melhoria na educação e na saúde, entre outros (LAVINAS, 2010).

Nesse sentido, além da criação e do aprimoramento de programas sociais de transferência de renda, houveram outras medidas importantes implementadas pelo governo para ajudar no combate à pobreza. Entre estas medidas estão a expansão do mercado de trabalho e a valorização real do salário mínimo que, de forma indireta contribuem, contribuiu para a redução da pobreza, propiciando uma maior renda aos indivíduos. Em termos de resultados, obteve-se uma redução da pobreza de 22,6% em 2003 para 10,1% em 2011 (ROCHA, 2013).

Atualmente, a questão da pobreza ainda continua sendo foco das políticas públicas. Apesar dos avanços obtidos ao longo dos anos quanto ao combate à pobreza, com a crise econômica de 2015 e a crise sanitária de covid 19 em 2020, os índices de pobreza tornaram a subir no Brasil e no mundo (WORLD BANK, 2022).

Os impactos da pandemia de Covid – 19 relativo à pobreza no mundo foram mais severos que se esperavam. Em 2019, antes da pandemia, haviam 655 milhões de pobres no mundo. Com a crise sanitária, houve um aumento para 732 milhões de pessoas pobres em 2020 e 736 milhões em 2021 (CEPAL, 2022).

De acordo com o relatório Panorama Social da América Latina e Caribe da Cepal, especificamente, houve um aumento no número de pobres, passando a afetar cerca de 32,1% da população da América Latina e do Caribe, enquanto que na pobreza extrema estão 13,1% desta população (CEPAL, 2022).

No tocante ao Brasil, segundo o Banco Mundial, entre os anos de 2020 e 2021, contabilizava-se que 29,4% da população estava em situação de pobreza, que equivale a 62,5 milhões de brasileiros, apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo brasileiro durante a Pandemia (WORLD BANK, 2022).

Entre as regiões que mais sofreram com a pandemia de covid no Brasil, tem-se o Norte e o Nordeste. No Nordeste, em 2021, a taxa de pobreza na região ficou em torno de 36,4%. Isso correspondia a aproximadamente 22 milhões de pessoas, com um aumento de 8,18% após a pandemia. Já a região Norte contabilizou 33,9% da população em situação de pobreza (PUC RS, 2022).

Notadamente, ao se abordar este tema no contexto das realidades regionais, também há de se levar em consideração a questão das desigualdades regionais em termos de distribuição da renda. Vale ressaltar que não se trata de um fenômeno novo, além de outros fatores que contribuem para a manutenção da pobreza e desigualdade de renda (COURTINHO; CRISTINA 2022).

Sobre o Nordeste, historicamente, vale ressaltar que se trata de uma região em que sempre foi observada uma maior concentração de pessoas em situação de pobreza. Isso pode ser explicado por diversos fatores, entre eles está o alto nível de informalidade do mercado de trabalho. Em 2023, este índice atingiu cerca de 52,2% da população, o que contribui para a manutenção da pobreza (FERNANDES. N. R. M. 2022).

A questão educacional, bem como a pouca instrução e capacitação profissional, faz com que os indivíduos tenham menos acesso ao trabalho formal. Isso também tem impacto sobre a questão da pobreza, uma vez que o trabalho formal garante o provimento do salarial mínimo, (FERNANDES. N. R. M. 2022).

Consonante a isso, a questão da vulnerabilidade social também se trata de um problema presente na realidade nordestina, tendo em vista a situação socioeconômica da região dada a escassez de moradia, água potável, oportunidades de trabalho etc. (FERNANDES. N. R. M. 2022).

Dessa forma, a partir desse breve levantamento, pode-se afirmar que a problemática da pobreza no nordeste brasileiro requer um estudo mais aprofundado, sobretudo os impactos promovidos pela Pandemia.

De um lado, a pobreza por si só se torna uma problemática importante a ser abordada, principalmente ao se estudar um país como o Brasil com grandes disparidades regionais e, notadamente, em relação ao Nordeste.

Do outro lado, devem considerar a complexidade dessa problemática devido às várias dimensões do mesmo fenômeno, as quais produzem consequências à sociedade, podendo consistir num entrave ao crescimento econômico, sobretudo nas regiões menos favorecidas como o Nordeste.

Pelo que foi abordado até aqui, percebe-se que não se trata somente de analisar a escassez de renda para estudar a pobreza, mas também considerado os fatores associados à dificuldade de acessar bens e serviços básicos como, por exemplo: moradia, saúde, educação, cidadania, alimentação, entre outros.

Portanto, compreender o aspecto mais amplo da pobreza se torna indispensável para compreender a complexidade do fenômeno, as causas, os desdobramentos e, assim, sugerir maneiras para aprimorar as políticas de públicas de combate à pobreza.

2.3 Políticas públicas de combate à pobreza

Com o entendimento da pobreza e a necessidade de combate a deste problema, no Brasil, tratam-se de assuntos abordados desde o início do século XXI, bem como as medidas de enfrentamento têm sido adotadas (RAP, 2017).

Neste contexto, os programas de transferência de renda ganharam destaque e tornaram-se, com o passar dos anos, um dos principais meios de proteger as pessoas mais pobres da miséria e da fome. Por isso, o Governo Federal, desde o início dos anos 2000, não se absteve de implementar programas sociais de transferência de renda condicionadas como, por exemplo, o Bolsa Família (RAP, 2017).

Nesse sentido, instituiu-se uma rede de proteção social em meados de 1990, que foi um programa do Governo que consistia da união de diversos outros programas sociais, que se destinavam a prestar assistência às pessoas mais pobres. Este esforço se tratava tanto da redistribuição de renda quanto de políticas de proteção social como, por exemplo: o Programa de Previdência Rural, Renda mensal vitalícia, Programa de erradicação do trabalho infantil, Bolsa alimentação e Bolsa escola. Seu intuito era definir parâmetros que contivesse a pobreza através da renda (MATTEI, 2019).

Avançando no entendimento a respeito das políticas de redistribuição de renda mencionados anteriormente, o próximo passo é tratar do CadÚnico, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Este consistiu em uma forma de quantificar e categorizar melhor os usuários dos programas citados acima, afim de os evoluir e aumentar sua abrangência. Dentre as políticas sociais que eram mais utilizadas até então o programa Bolsa Família começa a ganhar mais notoriedade através de seu sucesso inicial (FARIAS, 2019).

O Programa Bolsa Família, foi criado pela medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 e passou a atender inicialmente 3,6 milhões de famílias proporcionando assim uma medida mais efetiva de combate à pobreza. Seus efeitos começaram a ser sentidos nos anos seguintes da sua implementação (BRASIL, 2021).

De 2003 em diante, a economia do país começou a crescer e a renda dos mais pobres teve relativo aumento propiciado tanto por questões internas e externas. Apesar do período de turbulência referente à crise global de 2008, o Brasil experienciou momentos de crescimento econômico, expansão das políticas públicas de redistribuição de renda como também o aumento do número de empregos, que proporcionou uma diminuição da pobreza. Portanto, entre 2003 e 2008, observou-se uma queda da pobreza, em média, 1,5% por ano. Esta queda foi mantida até meados de 2015 (SOUZA. 2022).

Ademais, o Programa teve abrangência aumentada a cada ano. Iniciou com 3,6 milhões de famílias, em 2004, chegando a 56 milhões de beneficiários em 2014. O resultado foi a redução de 63% na proporção de pobres no Brasil e, em 2014, o Brasil atingiu a menor taxa de pobreza para a linha de PPC\$ 1,90/dia por pessoa, chegando ao nível de 4% (BEGHIN. 2022).

Com isso, o Governo entendeu que as medidas sociais de transferência de renda, aliadas com outras políticas vinculadas ao crescimento econômico, poderiam conter o avanço da pobreza. Assim, em 2011, implantou-se o Plano Brasil Sem Miséria, o qual era voltado às famílias que viviam com uma renda inferior a R\$ 70,00 reais mensais por pessoa. Este Plano tinha como base, além do subsídio que garantia alívio imediato as famílias, também o acesso a serviços públicos e a inclusão produtiva das pessoas mais pobres. O objetivo era preparar os beneficiários para o mercado de trabalho (SILVA; HASENCLEVER; SOARES, 2022).

Entretanto, em meados de 2015, o Brasil entrou em uma forte crise econômica⁴, comprometendo a eficácia dos programas sociais. A experiência, então, evidenciou que somente os programas de transferência de renda não são suficientes para conter o avanço da pobreza em um contexto de profunda crise econômica, onde

⁴ A crise econômica de 2015 teve início através de um conjunto de choques de oferta e de demanda que tiveram origem através de fortes intervenções econômicas dos governos anteriores. Entre 2011 e 2012 o Brasil incorporou uma Nova Matriz Econômica, que consistia em uma grande intervenção estatal na economia, isso fez com que a taxa de juros que estava sendo reduzida intensificasse o aumento da inflação, que somada a concessão de subsídios, elevação de gastos públicos, aumento do desemprego, cessação do investimento público e aliado a isso uma enorme instabilidade política vivenciada a época colocasse fim ao crescimento econômico que o país estava experienciando nos últimos anos (PIRES. 2016; BARBOSA FILHO. 2017).

emprego e renda são fatores decisivos, assim como questões inflacionárias (BEGHIN, 2022).

Ainda passando pelos efeitos da crise econômica, surgiu a Pandemia de Covid – 19 no início de 2020, a qual se estende até os dias atuais. Este último evento afetou ainda mais economia do Brasil, fazendo com que os índices de pobreza, que vinham caindo anteriormente, voltassem a subir. Isso fez com que o governo adotasse medidas para conter seu avanço. No primeiro momento, ocorreu durante a Pandemia, através de um valor pago de forma emergencial à população mais pobre. Posteriormente, retomou-se a política de redistribuição de renda através do Auxílio Brasil (SILVA; HASENCLEVER; SOARES, 2022).

Após o fim do auxílio emergencial o governo teve que dar continuidade a proteção social aos mais pobres no país, e para isso usou o programa Auxílio Brasil para dar sucessão na redistribuição de renda de forma permanente. O auxílio era o substituto do Bolsa Família e consistia em manter os R\$ 600,00 reais concedidos durante a vigência do auxílio emergencial para os mais pobres, abrangendo 21,6 milhões de famílias (BRASIL. Ministério da cidadania, 2022).

Com a mudança de governo, deixa de vigorar o programa Auxílio Brasil e em seu lugar volta o Bolsa Família. Em sua nova versão o Bolsa Família continua a pagar os R\$ 600,00 reais mensais as famílias brasileiras e além disso trouxe uma novidade relativo à proteção social infantil. O Benefício Primeira Infância, passa a pagar R\$ 150,00 a mais para cada criança de 0 a 6 anos de idade na composição familiar brasileira, o que incrementa os valores distribuídos a população pobre, garantindo uma maior renda (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 2023).

Após analisar a literatura mais recente a respeito das políticas públicas de contenção da pobreza (no caso específico do Bolsa Família), a experiência brasileira mostrou que é possível obter bons resultados com este tipo de ferramenta. Ademais, pode-se dizer ainda que apesar dos impasses que ainda existem tanto econômicos quanto orçamentários, ainda se faz necessário garantir a manutenção deste tipo de programa, além de outras medidas que estimulem o desenvolvimento econômico.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Em termos gerais, esta pesquisa se classificou como sendo descritiva, exploratória e bibliográfica.

A pesquisa Descritiva é definida como uma das principais formas de descrever certas características de uma população ou de um determinado fenômeno, utilizando a coleta de dados de forma padronizada. Neste caso, busca-se observar, registrar, classificar e interpretar os fatos, mas sem interferir neles (ANDRADE, 2002). Portanto, este trabalho assim se classifica por descrever o fenômeno do aumento da pobreza no contexto pandêmico, sobre tudo, em relação à realidade nordestina.

O estudo se classifica como exploratório por abordar as evidências a respeito do tema central, visando formular um conhecimento a respeito da problemática (GIL, 2007). Desta forma, esta monografia investiga as consequências da Pandemia sobre o aumento da pobreza no Brasil e no Nordeste.

Por fim, quanto à pesquisa bibliográfica, esta envolve o conhecimento produzido, anteriormente, por outros autores de diversas áreas e que contribuem para embasar o entendimento de certos problemas ou temas sobre os quais se deseja estudar (SEVERINO, CERVO, SILVA, 2007). Nesse sentido, esta monografia foi desenvolvida analisando artigos científicos, monografia e teses, além de relatórios de instituições, os quais trataram sobre a problemática em questão.

3.2 Coleta dos dados

A coleta de informações para compor esta monografia foi realizada através de uma breve revisão de literatura. Desta forma, as fontes de pesquisa usadas foram artigos científicos, teses, monografias e relatórios de instituições que retrataram a questão do aumento da pobreza em contexto pandêmico.

A seguir, apresenta-se um quadro com as principais fontes bibliográficas usadas para compor o capítulo dos resultados.

Tabela 01. Principais autores utilizados durante a pesquisa bibliográfica

Nome do autor	Título do trabalho	Objetivo do trabalho
---------------	--------------------	----------------------

Azevedo, Darana Carvalho e Luciane Burlandy	Política de Combate à pobreza no Brasil. Concepções e estratégias	Discorre a respeito das políticas mais adotadas no Brasil para combater a pobreza.
COSTA, A. B.	Conceito de Pobreza. Estudos de Economia, vol IV, nº 3	Discorre a respeito dos conceitos e tipos de pobreza.
CEPAL	Panorama Social da América Latina e Caribe 2020	Discorre a respeito da pandemia de Covid e os impactos sobre a pobreza na América Latina e no Caribe.
ROWNTREE, B. S.	Poverty: A Study of Town Life	Discorre a respeito dos conceitos de pobreza.
COURTINHO, G. M., CRISTINA A. L. C.	Pobreza nas unidades da federação brasileira: uma análise com dados em painel (2004 – 2015).	Discorre a respeito da pobreza nos estados do Brasil.
FARIAS, L.	Trajetória do CadÚnico durante o ciclo petista - 2003 a 2016.	Discorre a respeito dos programas sociais adotados pelos governos do PT.
FERNANDES. N. R. M	Impacto do Bolsa Família e do benefício de prestação continuada na pobreza e desigualdade no Nordeste do Brasil nos anos de 2016 e 2019.	Discorre a respeito do programa Bolsa Família sobre os estados mais pobres do Brasil e como essa política pública ajuda a controlar a pobreza.
MATTEI. F. L.	Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza.	Discorre a respeito de um programa do governo que ajudava a população mais pobre durante os anos de 1990.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de SOUZA Solange de Cassia Inforzato de; JUNIOR, Aricieri Devidé	Desenvolvimento das famílias e a pobreza no nordeste do Brasil.	Discorre a respeito da pobreza no Nordeste Brasileiro.
ROCHA, Sônia	Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?	Discorre a respeito dos conceitos de pobreza.
ROCHA, Sonia	Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). Transformar Crise em Oportunidade	Discorre a respeito da pobreza e da evolução dela ao decorrer dos anos no Brasil.
SEN, Amartya K	Hunger and Entitlements: Research for Action. Finland: World Institute for Development Economics Research, United Nations University, 1988.	Discorre a respeito do tema da pobreza dos conceitos e tipos.
WORLD BANK	The World Development Report.	Discorre a respeito do desenvolvimento mundial nos anos 1980. Com foco nos países em desenvolvimento.
Marcos Aurélio Brambilla, Marina Silva da Cunha	Pobreza multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros.	Discorre a respeito da pobreza multidimensional nos estados do Brasil conceituando e exemplificando.

4 OS IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A POBREZA NO NORDESTE BRASILEIRO

4.1 Dados gerais sobre a Covid e a pobreza no mundo e na América Latina

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou, em Genebra, na Suíça, sobre a ocorrência de um surto do novo corona vírus (2019-nCoV). Posteriormente, este problema se transformou em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Novos casos da doença surgiram, disseminando-se na cidade de Wuhan, na China. Na época, identificou-se uma nova cepa de Corona vírus, considerada diferente das anteriores já catalogadas (OPAS, 2020).

Em março do mesmo ano, com o intuito de identificar a origem do novo Corona vírus, a OMS divulgou o relatório intitulado *WHO - Convened Global Study of Origins of SARS-CoV-2*. O referido documento contou com a colaboração de cientistas da China e de outras nacionalidades. Ainda sobre a origem, a tese mais aceita dizia que o vírus foi repassado de um morcego para um mamífero intermediário e, deste, para o ser humano. A outra tese surgida foi a de que a transmissão teria se dado de um morcego diretamente para um ser humano (OMS, 2020). No entanto, até hoje, ainda há uma incerteza quanto à origem da doença.

Em termos de consequências da COVID – 19, desde o início da pandemia em 2020 até o primeiro trimestre de 2023, pode-se mencionar o elevado número de infectados (cerca de 676.609.955) e de mortos pela doença (cerca de 6.881.955) em todo o mundo. Este cenário produziu impactos significativos sobre o sistema de saúde de todos países, gerando superlotação geral dos hospitais desde o início da pandemia (JOHNS HOPKINS, 2023).

Observaram-se impactos importantes também na economia mundial e, assim, na elevação dos índices de pobreza. Sobre esta segunda consequência, conforme a literatura consultada, deve-se ressaltar que as medidas de combate à pobreza extrema, durante o período pandêmico, passaram por retrocesso em sua trajetória. Com isso, estima-se que, mundialmente, entre 70 e 90 milhões de pessoas entraram na pobreza extrema em decorrência da crise sanitária (WORLD BANK, 2022).

Já os dados para a América Latina e o Caribe mostraram que, entre 2020 e 2021, as pessoas em situação de extrema pobreza aumentaram em 5 milhões. Ademais, para este mesmo período, menciona-se ainda que a taxa de extrema pobreza na América Latina, especificamente, teria aumentado 0,7% e o número de

pessoas em extrema pobreza passou de 81 para 86 milhões, respectivamente (CEPAL, 2021).

Em termos gerais, no que tange as consequências sobre os países, propriamente ditos, a literatura mostra que os mais afetados em termos de pobreza extrema estão na América Latina, sendo eles: Argentina, Colômbia, Peru e a Costa Rica. Vale ressaltar que, nestes países, houve uma redução significativa dos auxílios governamentais. Já em relação aos índices de pobreza absoluta, os países mais afetados foram Chile, Equador e Paraguai, cujos índices cresceram entre 3% e 5% (ONU, 2021).

Por tanto, com a pandemia de Covid – 19 o mundo passou a viver uma nova realidade, que trouxe consigo várias problemáticas como apresentadas anteriormente, não apenas vidas perdidas como também o agravamento de toda uma situação social já vivenciada anteriormente, a questão da pobreza e da miséria nas sociedades, principalmente nas mais vulneráveis, torna a entrar em foco novamente, desta vez, porém, como mais uma consequência da pandemia de Covid – 19.

4.2 A Covid – 19 e a pobreza no Nordeste

No Brasil, os primeiros casos de Covid foram confirmados no dia 26 fevereiro de 2020 em São Paulo. Apesar dos esforços tomados, inicialmente, o número de casos aumentou exponencialmente, chegando a registrar uma evolução alarmantes na quantidade de infectados e mortos (UNASUS, 2020).

Algumas medidas para tentar conter o avanço da doença foram colocadas em prática como, por exemplo: o distanciamento social, o uso de máscaras, quarentena, suspensão das aulas presenciais, suspensão de eventos, paralisação econômica e restrição do transporte, etc. O objetivo era reduzir o contágio e o número de mortes (L. L. S. SILVA *et al.* 2020).

Além do número de mortes, ocorreram também impactos sociais e econômicos. Um deles foi o aumento do número de novos pobres no Brasil, afetados pela redução da atividade econômica. Segundo as estimativas, afetaram-se em torno de 9,6 milhões de pessoas, uma vez que os setores intensivos em mão-de-obra foram os mais afetados (WORLD BANK, 2021).

Somado a isso, ocorreu também o aumento da extrema pobreza. Dentre os países da América Latina, em termos econômicos, o Brasil foi um dos que menos sofreu com o aumento da situação mencionada, porém, a pobreza extrema aumento

de forma significativa. O resultado foi um aumento de 7,2 milhões de brasileiros que passaram a viver nesta condição no ano de 2021, totalizando 23 milhões de brasileiros nessa situação (FGV Social, 2021).

Neste contexto, os impactos também foram observados nas grandes regiões do país com a rápida disseminação da doença e o aumento das mortes. O sistema de saúde público e privado não conseguiu atender a alta demanda provocada pela situação. Nos primeiros meses de pandemia, as regiões mais vulneráveis economicamente do país, notadamente, o Norte e o Nordeste, foram acometidas mais severamente (Kerr, R. L., *et al*, 2021).

Em relação aos Estados Nordestinos, especificamente, uma das consequências foi o aumento significativo do número total de pessoas vivendo na pobreza. Deve-se salientar que se trata, historicamente, de uma região em que há uma concentração maior de pessoas nessa situação no país, correspondendo a cerca de 47,9% da pobreza no Brasil. Portanto, pode-se afirmar que o Nordeste estava mais vulnerável à pandemia (IBGE, 2021).

Concomitante a esses dados, a pobreza na região também aumentou, apresentando um alta de 5,5 milhões de novos pobres em 2021, totalizando 22,8 milhões ao final do ano (IMDS, 2021).

Ao analisar os níveis de pobreza dos estados do Nordeste, separadamente, percebe-se que alguns estados foram mais afetados pela pandemia, como é o caso do Maranhão. A pobreza que já era elevada no Estado, pois cerca de 1,4 milhão de pessoas já viviam na condição de pobre antes da pandemia de Covid, piora com a crise sanitária no início de 2020. Para o Maranhão, as estimativas sugerem um total de 4,2 milhões de pessoas vivendo nesta situação entre 2020 e 2022, configurando assim o Estado mais afetado da região Nordeste do Brasil (IJSN, 2022).

Além do Maranhão, pode-se ainda mencionar a situação da Paraíba. Este Estado configura entre as Unidades da Federação com maior percentual de pessoas na miséria em relação à população. Ademais, assim como o Maranhão, este foi fortemente afetado pela pandemia, elevando ainda mais o número de pessoas em situação de pobreza. Este número passou de 1,6 milhões antes da pandemia para cerca de 2,2 milhões de pessoas em 2022 (IJSN, 2022).

No tocante ao estado do Ceará, desde o início da pandemia (em 2020), mais de 60 mil pessoas entraram para a linha da pobreza, vivendo com uma renda em torno de R\$ 178,00 reais por mês. As estimativas mostraram ainda que, entre os anos de

2021 e 2022, mais da metade da população estava na situação de pobreza em decorrência dos impactos da Pandemia, totalizando mais de 5,2 milhões de pessoas em 2021 e 4,9 milhões de pessoas, em 2022 (IJSN, 2022).

Nestes termos, entende-se que uma das principais consequências da Pandemia, além do número alarmante de mortes, foi o aumento da pobreza e da extrema pobreza, que afetou, em especial, a população mais vulnerável do nordeste do país, piorando ainda mais a situação que já existia nos referidos estados. Tal situação demonstrou a necessidade de uma atenção mais direcionada a esta parcela da sociedade com o intuito de combater o avanço da pobreza e, assim, gerar mecanismo mais eficazes para a redução dos impactos da Pandemia neste sentido.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho acadêmico foi realizar uma breve revisão de literatura a respeito do impacto da Pandemia de Covid – 19 sobre o aumento da pobreza no Nordeste brasileiro.

Os objetivos deste trabalho foram atendidos através da construção de um referencial teórico onde foi abordado os conceitos da pobreza de modo geral, a pobreza no Brasil ao longo dos anos e discorreu – se também da situação da pobreza no Nordeste.

Além disso, desenvolveu – se nos resultados deste trabalho uma análise a respeito do aumento da pobreza no Nordeste Brasileiro no contexto de pandemia.

Durante a pesquisa bibliográfica, na construção do referencial teórico no primeiro tópico demonstrou – se os conceitos de pobreza e a evolução através dos anos, depois apontou – se a questão da pobreza no Brasil e no Nordeste.

Ademais, na construção dos resultados no primeiro tópico foi abordado dados gerais da pandemia de Covid e de pobreza no mundo e na América Latina. Logo em seguida, foi abordado em outro tópico dados sobre a Covid – 19 e a pobreza no Nordeste.

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa as principais constatações que se obteve, foram o aumento da pobreza em decorrência da pandemia de Covid. Entendeu – se que a pobreza, situação já bastante problemática, se agravou severamente por conta da pandemia, fazendo com que aumentasse o número de pessoas pobres em todo o mundo.

Ademais com o que se obteve com a literatura científica, percebeu – se um grande aumento da pobreza também nos países mais pobres. Nesses casos houve além da manutenção dessas pessoas nessa situação de pobreza, um incremento de novas pessoas a essa realidade. Tal fato ocorreu também no Brasil.

Nesse sentido, a principal contribuição deste trabalho certamente foi o entendimento do aumento da pobreza por conta da pandemia no Nordeste Brasileiro, analisando os Estados mais vulneráveis, como foram o caso dos estados do Piauí, Maranhão e Paraíba que foram os Estados do Nordeste mais afetados pelo aumento da pobreza em decorrência da pandemia, como também no Ceará.

Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso pode ser bastante útil para a formação de estudantes universitários, para instituições de pesquisa, para a sociedade assim como para formuladores de políticas públicas por demonstrar que a

pobreza da população Nordestina Brasileira teve aumentos significativos por conta da pandemia de Covid.

Sendo, portanto, importante saber os impactos desta crise sanitária no aumento da pobreza, para que se possa enfrentar ela de forma eficaz, seja com a intervenção do Estado com novas políticas de combate à pobreza, seja por parte da sociedade ao reconhecer essa situação e cobrar respostas de quem tem o dever de ajudar.

Apesar dos resultados terem demonstrado aumento da pobreza no Nordeste como consequência da pandemia de Covid. Estudos envolvendo outras variáveis como idade, composição raciais, escolaridade e sexualidade poderiam ser usados para incrementar os resultados já obtidos. Como por exemplo, existe alguma composição racial que foi mais afetada? O aumento da pobreza afetou mais homens do que mulheres? Qual a faixa etária de pessoas pobres no Nordeste? Todos esses pontos podem ser explorados em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, Darana Carvalho e Luciane Burlandy. 2010. **Política de Combate à pobreza no Brasil. Concepções e estratégias**. Revista Katálysis, 13 (2). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em 23 de março de 2023.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Edição São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL, Ministério da Cidadania. **Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Boletim Bolsa Família e Cadastro Único, Acompanhamento e Análise do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais**. ano 5, n. 77, novembro, 2021. Acesso em 31 de março de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Transferência de renda. Em novo recorde, mais de 21,6 milhões de famílias recebem o Auxílio Brasil em dezembro**. [Brasília]: Ministério da Cidadania, 09 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-novo-recorde-mais-de-21-6-milhoes-de-familias-recebem-o-auxilio-brasil-em-dezembro>. Acesso em 26 de março de 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **Novo Bolsa Família garante valor mínimo de R\$ 600, renda mínima por pessoa e adicional para crianças, adolescentes e gestantes**. [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 03 março. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novo-bolsa-familia-garante-valor-minimo-de-r-600-por-residencia-renda-minima-por-pessoa-e-adicional-para-criancas-adolescentes-e-gestantes>. Acesso em 26 de março de 2023.
- COSTA, A. B. **Conceito de Pobreza**. Estudos de Economia, vol IV, nº 3, 1984.
- CEPAL. **Panorama Social da América Latina e do Caribe**. Dezembro de 2022.
- COURTINHO, G. M., CRISTINA A. L. C., **Pobreza nas unidades da federação brasileira: uma análise com dados em painel (2004 – 2015)**. Leituras de Economia Política, Campinas, (33), p. 75-91, jul. 2021/dez. 2022.
- Engel de Abreu et al. **Poverty and the Mind**. 2015.
- FARIAS, L., **TRAJETÓRIA DO CADÚNICO DURANTE O CICLO PETISTA – 2003 A 2016**. Temáticas, Campinas, 27, (53): 69-104, fev./jun. 2019.
- FIO CRUZ. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil**. Maio 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em 16 de julho de 2023.
- FGV SOCIAL. **A montanha russa da pobreza**. Julho de 2022.

FERNANDES. N. R. M. **IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA E DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA POBREZA E DESIGUALDADE NO NORDESTE DO BRASIL NOS ANOS DE 2016 E 2019**. Universidade Federal de Alfenas, 2022.

GEORGE, Victor- *Social Security and Society*, Routledge & Kegan Paul, London, 1973.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY OF MEDICINE: **Global map Covid – 19 Dashboard** 2023. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 06.06.2023.

LENA LAVINAS. **Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste**. 2010.

MATTEI. F. L., **Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza**. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019.

ROWNTREE, B. S.- **Poverty: A Study of Town Life**, (1901). Acesso em 21 de março de 2023.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Acesso em 25 de março de 2023.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). Transformar Crise em Oportunidade**. XXV Fórum Nacional. Rio de Janeiro, 2013. Acesso em 25 de março de 2023.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos?** Rio de Janeiro. Seminário Especial. Mini Fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA Rio de Janeiro 2004. Acesso em 15 de abril de 2023.

SEN, Amartya K. **Hunger and Entitlements: Research for Action**. Finland: World Institute for Development Economics Research, United Nations University, 1988. Acesso em 23 de março de 2023.

SALLES, VANIA E TUIRÁN, RODOLFO. **Três propostas conceituais e alguns argumentos metodológicos a considerar na pesquisa sobre a pobreza**. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002. p. 65- 74. Acesso em 21 de março de 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. R; HAYASHI, C. R. M; HAYASHI, M. C. P. I. **Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo**. Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337/46008>>. Acesso em 26 de junho de 2023.

SILVA. M L. et al. **VULNERABILIDADE SOCIAL, FOME E POBREZA NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL**. 2020.

WORLD BANK. **The World Development Report**. (1980). Acesso em 21 de março de 2023.

WORLD BANK, **The- World Development Report**, Washington, D. C., August 1980. Acesso em 21 de março de 2023.

WORLD BANK, **financiar o Desenvolvimento de Forma Sustentável: Notas de Políticas Públicas para o Brasil 2022**. Dezembro de 2022. Acesso em 26 de março de 2023.